



## Questão de Justiça

### Primeiro benefício do Mundial e da Olimpíada

**A** implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e, agora, as intervenções mais intensas em diversas favelas, culminando com o controle no Complexo do Alemão, que estava há mais de 30 anos sob o domínio do tráfico, demonstram uma mudança na política de segurança pública e, ao mesmo tempo, os primeiros benefícios que obteve a cidade do Rio de Janeiro como consequência do Mundial e das Olimpíadas a realizar-se na cidade.

As operações realizadas pelo Estado contra o tráfico têm demonstrado que, se este teve o domínio de extensos territórios durante tanto tempo, não foi por impotência do Estado, senão pela falta de interesse sobre o assunto ou, de pronto, por um interesse diferente, ao que os cidadãos tinham com relação ao tráfico.

Com efeito, as classes políticas, seja do partido que for, sempre visitaram as favelas para a captação de votos; suas promessas e suas atividades se articularam em relação às carências de escolas, saúde, infra-estrutura etc. A segurança, ainda que presente no discurso, não se materializou em termos de política pública, seja porque havia um poder punitivo subterrâneo (pautado pela ilegalidade), no qual muitos atores políticos eram partícipes, ou porque a falta de intervenção era necessária para manter a desordem nessas comunidades, onde construções irregulares, obtenção de serviços de forma ilegal (por exemplo, o gato de eletricidade), têm sido, a modo de conivência, a moeda de troca ou financiamento nas eleições.

As milícias concorreram com o tráfico pelo espaço, com a clareza de que, através do domínio e o controle

das comunidades, poderiam fazer grandes negócios. Com roupagem de legalidade se espalharam pelo cenário carioca, enquanto que a classe política dominante observou que a própria ideia de estado estava em perigo. Ao domínio do espaço mediante o uso da força, cujo uso monopólico seria do estado, foram somando-se outros serviços que também eram oferecidos exclusivamente pelo estado e que depois foram delegados ou terceirizados (por exemplo, luz, gás ou crédito). Mas o

**A existência de poderes paralelos ao estado, e, ao final de contas, de uma permanente ordem de ilegalidades tem corroído as instituições e uma ideia de moralidade**

perigo foi visto no próprio corpo do estado, quando dentro dos Poderes foram percebidos os tentáculos desses grupos (por exemplo, no poder legislativo, com candidatos e até deputados estaduais ou vereadores eleitos que chefiavam essas organizações).

A existência de poderes paralelos ao estado, e ao final de contas de uma permanente ordem de ilegalidades tem corroído as instituições e uma ideia de moralidade pública mínima. O ponto máximo dessa tendência pode achar-se na candidatura de membros desses grupos a cargos públicos desde a cadeia. O pior é que alguns deles foram eleitos!

Por outra parte, cabe observar que as reclamações por parte da cidadania de paz e ordem formam parte do núcleo mínimo de prestações que o estado deve oferecer aos seus cidadãos. Sem embargo, essas reclamações, como outras, que também envolvem direitos fundamentais (p.ex. saúde) foram esquecidas até agora. Assim a própria ideia de representatividade ficou comprometida.

Nesta ordem de ideias, a intervenção do poder público nessas áreas tem sido importante. Mostra a fratura com uma ordem antigamente instituída onde o estado, ou parte dele, apresentava-se de forma conivente com o poder paralelo ou subterrâneo. Cabe lembrar que sobre a antiga ordem houve eventos internacionais na cidade que se realizaram sem problemas de violência.

O Mundial e a Olimpíada têm dado uma motivação histórica para que o estado cumprisse os seus deveres elementares, colocando em pauta assuntos até então esquecidos pelo poder público. Ainda que seja por um fator externo, o importante é que diversas comunidades terão a oportunidade de integrar-se e exercer direitos que pareceriam que não saíram do papel.

Por outra parte, será a oportunidade de resgatar um mínimo de moralidade pública que, dentro do imaginário público, permita enxergar ao agente policial como agente da ordem ou legalidade e não como um sujeito que pertence a outra quadrilha ou bando. Nesse sentido, seria importante que a classe política aproveitasse o embalo e iniciasse uma filtragem da sua própria integração a fim de poder afirmar, ainda que seja simbolicamente, uma ideia mínima de legalidade e ordem, pois não se pode pedir ao subordinado que faça o que o hierárquico superior não predica com o exemplo.